

Brasil gera 255,3 mil empregos formais em fevereiro

Segundo Caged, 24 estados ampliaram empregos; Dados vão na contramão do IBGE

O Brasil gerou 255.321 novos empregos com carteira assinada em fevereiro de 2026, resultado de 2.381.767 admissões e 2.126.446 desligamentos. Os dados são do Novo Cadastro Geral e Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego nesta terça-feira (31).

No acumulado do ano, de janeiro a fevereiro de 2026, foram criados 370.339 postos formais. Com isso, o estoque total de vínculos chegou a 48.837.602 trabalhadores, representando crescimento de 2,2%. No acumulado de 12 meses, de março de 2025 a fevereiro de 2026, o saldo positivo é de 1.047.024 empregos formais.

Levantamento nos Estados

Em fevereiro, 24 das 27 unidades da Federação tiveram saldos positivos no emprego. Os destaques foram São Paulo, com 95.896 vagas; Rio Grande do Sul, 24.392; e Minas Ge-

rais, 22.874. As unidades com saldo negativo foram Alagoas (-3.023), Rio Grande do Norte (-1.186) e Paraíba (-1.186).

Grupos econômicos

Todos os cinco grandes setores registraram saldo positivo. O setor de Serviços foi o destaque, com 177.953 vagas, impulsionado por educação (49.013), serviços administrativos (37.972), transporte e armazenagem (17.886) e alojamento e alimentação (16.920). A Indústria criou 32.027 postos, com ênfase na fabricação de produtos de carne (5.028), processamento de fumo (4.594) e fabricação de calçados (2.273). A Construção gerou 31.099 vagas, puxadas por edifícios (12.666), obras de infraestrutura (9.382) e serviços especializados (9.051). Na Agropecuária, foram 8.123 empregos, com destaque para o cultivo de maçã (5.924) e uva (2.356). O Comércio adicionou 6.127 postos de trabalho, com resultados positivos no atacado



Segundo Caged, Indústria criou 32.027 postos de trabalho em fevereiro

de alimentos, bebidas e fumo (2.427), de matérias-primas agrícolas (1.957) e no comércio de peças automotivas (1.143).

Grupos populacionais

O saldo foi positivo para mulheres (155.064) e homens (100.257). Jovens de até 24 anos concentraram 163.056 vagas, equivalentes a 63,9% do total do mês. Por escolaridade, trabalhadores com ensino médio completo (162.295) lideraram a ocupação, seguidos por aqueles com nível superior (42.179). No recorte por raça, os maiores saldos foram registrados entre pardos (140.945), brancos (96.608) e pretos (28.979), além de indígenas (2.442) e amarelos (201). Brasileiros e naturalizados responderam por 244.817 vagas, enquanto estrangeiros tiveram saldo positivo de 10.504 postos.

Salários

O salário médio real de admissão em fevereiro de 2026 foi de R\$ 2.346,97, com variação negativa de R\$ 55,91 (-2,3%) em relação a janeiro. Na comparação com fevereiro de 2025, houve aumento de R\$ 62,94 (+2,75%). Entre trabalhadores considerados típicos, o salário médio foi de R\$ 2.393,17, enquanto para os não típicos ficou em R\$ 2.072,75.

No acumulado de 12 meses, o saldo positivo de mais de um milhão de empregos reforça a tendência de crescimento do mercado formal brasileiro, destacando o protagonismo do setor de Serviços e a participação crescente de jovens e mulheres na força de trabalho. Porém, dados divulgados pelo IBGE na semana passada, vão na contramão do Caged. Recorte trimestral indicou que

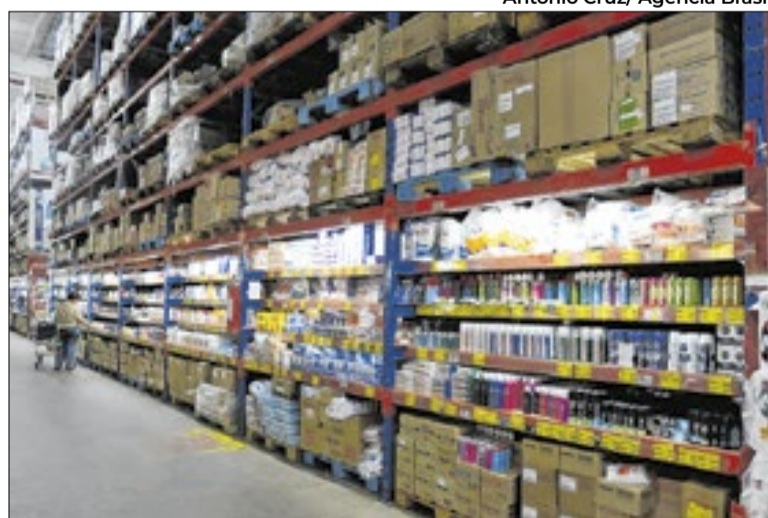
a taxa de desemprego no Brasil subiu para 5,8% em fevereiro, acima dos 5,2% do trimestre anterior. 6,2 milhões de pessoas estavam desempregadas, aumento de 600 mil em relação ao período anterior. A população ocupada somou 102,1 milhões, queda de 874 mil postos, principalmente em saúde, educação e construção civil, ligada ao fim de contratos temporários. O trabalho formal manteve 39,2 milhões de pessoas com carteira, enquanto os sem carteira foram 11,6 milhões e autônomos 26,1 milhões. A subutilização da força de trabalho subiu para 14,1%, atingindo cerca de 16,1 milhões de pessoas. O rendimento médio atingiu R\$ 3.679, novo recorde. Entre jovens de 18 a 24 anos, o desemprego é mais alto, em 14,7%, enquanto entre homens ficou em 5,4% e mulheres em 6,3%.

IGP-M sobe 0,52% em março e interrompe sequência de quedas

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) avançou 0,52% em março, após queda de 0,73% registrada em fevereiro, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE). Com o resultado, o indicador acumula alta de 0,19% em 2026, mas ainda apresenta recuo de 1,83% no acumulado de 12 meses. O IGP-M é conhecido como a “inflação do aluguel” por servir de referência para reajustes de contratos imobiliários, tarifas públicas e diversos acordos comerciais. O índice acompanha a variação de preços em diferentes etapas da economia, desde matérias-primas e produção industrial até o consumo final e os custos da construção civil.

A alta registrada em março

foi impulsionada pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede os preços no atacado e possui o maior peso na composição do indicador. O IPA subiu 0,61% no mês, revertendo a queda observada em fevereiro e indicando mudança no comportamento dos custos ao longo da cadeia produtiva. Entre os fatores que mais contribuíram para o avanço estão as matérias-primas brutas, que passaram de retração para alta no período, com influência de produtos agropecuários como bovinos, leite, ovos, feijão e milho. Também houve pressão dos derivados de petróleo, devido às incertezas no mercado internacional de energia. No varejo, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) variou 0,30%, repetindo o resultado



Valores do atacado influenciaram a alta do IGP-M no mês

do mês anterior. O grupo Alimentação apresentou aceleração relevante, enquanto outros segmentos tiveram comportamento mais moderado. Já o Índice Nacional de Custo da Construção

(INCC) avançou 0,36%, impactado pelo aumento dos custos com mão de obra. Mesmo com o resultado positivo em março, o IGP-M permanece negativo em 12 meses, refletindo o período

recente de queda nos preços de commodities e no atacado. Para o Professor de Finanças do Ibmec Brasília, Filipe Azevedo, a alta do IGP-M em março ainda não evidência uma nova onda inflacionária mais ampla, podendo ser lida, até certo ponto, como um aumento de custos dos produtores, que, não necessariamente, será repassada ao consumidor final. “Como o IGP-M costuma antecipar tendências e o ambiente inflacionário ainda exige cautela, se esse avanço persistir nos próximos meses e começar a aparecer também nos preços ao consumidor, pode, sim, sinalizar novas pressões com impacto gradual sobre aluguéis e contratos indexados”- diz.

A próxima leitura do IGP-M será divulgada no fim de abril.

Antonio Cruz/ Agência Brasil